



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE**  
**UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA 008A/2018**

**Unidades auditadas:** Câmpus Camaquã

**Área:** Administração e Planejamento

**Objeto da auditoria:** Patrimônio

**Período:** 09/07/2018 a 14/09/2018

**Nº da ação no PAINT/2018:** 10

**Ordem de Serviço:** 008/2018

**Memorando(s) emitido(s):** Mem. IF-AUDIN/N.72/2018 e 78/2018

**Memorando(s) recebido(s):** Mem. CM-DIRGER/N.91/2018, 103/2018, 119/2018 e 120/2018

**Solicitações de Auditoria:** 008-B e 008-C/2018

**Notas de Auditoria:** não se aplica

## **1 INTRODUÇÃO**

A realização desta auditoria teve como objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e a suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial do Câmpus Camaquã.

O trabalho partiu da análise da legislação pertinente ao tema, mais especificamente a Lei n. 4.320/1964, a Instrução Normativa SEDAP n. 205/1988, a Instrução Normativa CGU n. 04/2009, o Decreto-lei n. 200/67 e o Decreto n. 99.658/1990.

As análises de auditoria incidiram sobre aspectos previstos nesses diplomas normativos, a partir dos quais foram formuladas as solicitações de auditoria e *checklists*.

### **1.1 Objetivos**

Conforme Programa de Auditoria n. 008/2018, os objetivos específicos do trabalho foram:

- a) verificar se o responsável pela carga do bem no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) é o responsável de fato pela sua guarda;
- b) verificar se os bens da amostra estão localizados no setor especificado no SUAP;
- c) verificar se os bens da amostra possuem plaquetas de identificação patrimonial;
- d) verificar se existem bens de terceiros no setor e, em caso positivo, se existe controle sobre esses;
- e) verificar se existem bens localizados fora do local de guarda sem o registro da sua movimentação;
- f) verificar se há bens inservíveis (ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos) na instituição;
- g) verificar se são de conhecimento do gestor eventuais casos de roubo, extravio ou dano não intencional de bens, e, em caso positivo, se é de conhecimento se o fato foi apurado por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) ou se houve registro de ocorrência policial e instauração de procedimento específico;
- h) verificar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP) realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Camaquã.

### **1.2 Escopo**

O escopo do trabalho limitou-se à análise de 5% do quantitativo dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Camaquã, selecionados segundo os critérios da materialidade e da criticidade. No caso de setores com quantidade de itens igual ou superior a 2.000, utilizou-se a Tabela Philips para delimitar a quantidade de bens da amostra.

## 2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Em 09/07/2018, através do Mem. IF-AUDIN/N.º72/2018, a unidade auditada foi informada sobre a abertura dos trabalhos de auditoria patrimonial e sobre a realização do trabalho de campo no período de 16 a 19/07/2018, nas dependências do Câmpus Camaquã.

Sucedeu essa etapa o acesso ao SUAP, módulo Administração - Inventário, tendo sido realizada em 10/07/2018 a extração da relação de bens totais do Câmpus Camaquã, em arquivo, constando número de tombo, descrição, setor, valor e responsável pela carga.

Nessa etapa interna do trabalho, evidenciou-se a existência de carga patrimonial não transferida, em sua totalidade, para o novo coordenador, estando sob a guarda de dois servidores, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN), do Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CSTADS), do Curso Técnico em Automação Industrial (CTAI) e do Curso Técnico em Eletrotécnica (CTTEC). Em relação ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), além da não transferência da carga do antigo coordenador, evidenciou-se a existência de carga com três outros servidores.

Em anexo ao Mem. IF-AUDIN/N.º72/2018, foi enviada a Solicitação de Auditoria (SA) 008B/2018 à unidade auditada, requisitando a indicação do responsável pelo controle patrimonial no câmpus, bem como informações quanto à existência de inventário anual de bens móveis, relativo ao último exercício, com portaria de criação da comissão de inventário.

Em resposta, a unidade auditada encaminhou o Mem. CM-DIRGER/N.º91/2018 com os dados solicitados. No referido memorando, o Diretor-Geral do Câmpus Camaquã indicou a Coordenação de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP) como a responsável pelo controle patrimonial do câmpus. Informou, também, que todos os bens patrimoniais do Câmpus Camaquã estão cadastrados no SUAP e que não existe outro instrumento de controle patrimonial. Por fim, informou que a COCAP não sofreu alterações de servidores na coordenação nos últimos três anos e apresentou o inventário anual de bens móveis referente ao exercício de 2017. Posteriormente, como será exposto, o Diretor-Geral afirmou que o setor responsável de fato pela gestão do patrimônio é a Coordenadoria de Apoio Administrativo.

Em 16/07/2018, tiveram início as verificações *in loco*. A Unidade de Auditoria Interna realizou uma reunião com o Diretor-Geral, chefes de departamento e coordenadores do Câmpus Camaquã, com o intuito de informar sobre os trabalhos de

auditoria na área de gestão patrimonial e esclarecer possíveis dúvidas sobre sua realização. A referida reunião foi realizada no Câmpus Camaquã e contou com a presença de 18 servidores.

Durante o trabalho de campo, evidenciaram-se fragilidades referentes à gestão patrimonial, tais como: falha no cumprimento das atribuições regimentais no que se refere à gestão patrimonial; falta de bens, identificados na realização do inventário anual de 2017, resultando em quantitativo de bens extraviados ou não localizados; depósito de bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; depósito de bens ociosos, sem a destinação adequada; grande quantidade de placas de patrimônio catalogadas em pasta, sem a devida afixação no bem; excessiva quantidade de itens na carga do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, totalizando um montante de 5.799 itens. Essas fragilidades demonstram a insuficiência de controles internos quanto à gestão patrimonial.

Na finalização do trabalho de campo, realizou-se nova reunião com os servidores do câmpus, no dia 18/07/2018, com o fim de prestar esclarecimentos finais sobre o trabalho de campo desenvolvido nas dependências do Câmpus Camaquã.

## 2.1 Amostra

Para a extração da amostra adotou-se a seguinte metodologia: nos setores que apresentaram um quantitativo de até 1.999 itens, foi aplicado o percentual de 5% sobre o total de bens; já nos setores que demonstraram um quantitativo igual ou superior a 2.000, foi aplicada a tabela Philips para delimitar a quantidade de itens da amostra, conforme demonstrado abaixo:

**Tabela 1 – Tabela Philips**

Tamanho da população	Tamanho da amostra	Índice de problemas
10 a 19	11	1
20 a 50	13	1
51 a 100	20	2
101 a 200	35	3
201 a 500	42	4
501 a 1.000	55	5
1001 a 2.000	70	6
2001 a 5.000	90	12
5001 a 10.000	150	24
10001 a 20.000	220	36

20001 a 50.000	280	48
Maior que 50.001	350	60

Fonte: CHAVES, Renato Santos. Auditoria e Controladoria no Setor Público, p. 70.

Cumpra esclarecer que a Tabela Philips é um método de seleção de amostras utilizado frequentemente pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Foi extraída uma amostra não-probabilística equivalente a **304 itens** do acervo patrimonial do câmpus de acordo com os critérios de materialidade e de criticidade, resultando no montante de **R\$ 2.297.690,54 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos)**. Registra-se que este quantitativo representa 37% do valor total dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Camaquã em julho de 2018.

Quanto aos critérios de extração da amostra, esclarece-se que a materialidade foi apurada com base nos valores dos bens registrados no sistema de controle da instituição. A criticidade, por seu turno, refere-se à composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas e dos pontos de controle com riscos operacionais latentes. Nesse enfoque, consideram-se de alta criticidade os bens que se enquadram nas categorias de eletroeletrônicos, equipamentos de informática, linha branca (eletrodomésticos), ferramentas, equipamentos de laboratório, entre outros.

A Tabela 2 apresenta uma síntese da quantidade e valores totais de itens patrimoniais da unidade auditada, bem como daqueles que compõem a amostra.

**Tabela 2 – Quantitativos da amostra por setor**

Setor	Responsável	Quantitativo de bens	Carga patrimonial (R\$)	Quantitativo de bens da amostra	Valor dos bens da amostra (R\$)
CM-COAD	DVM	82	46.144,61	4	7.659,00
CM-COAGA	LRSL	4	5.883,00	1	3.519,00
CM-COCAP	PPS	14	6.950,55	1	1.549,00
CM-COCAP	CSS	24	13.248,21	1	2.230,00
CM-COEST	JLN	1	1.549,00	1	1.549,00
CM-COMAG	ALP	199	152.130,38	10	24.673,07
CM-COPEX	KAB	93	47.294,08	5	16.553,59
CM-CORAC	AMPC	42	20.786,53	2	4.530,00
CM-COTIN	DRP	361	803.100,19	18	335.224,72

CM-CSTADS	LCS	784	847.232,17	39	190.941,89
CM-CTAI	RP	917	1.565.002,69	46	821.269,49
CM-CTCA	CNW	6	9.580,10	1	1.460,00
CM-CTTEC	RSC	5	51.571,98	1	23.049,99
CM-DEAP	PCV	392	604.864,03	20	293.935,32
CM-DEPEX*	GKS	5799	1.432.755,50	150	533.786,08
CM-DIRGER	TECA	47	475.257,03**	2	31.958,39
CM-GABDIR	GFS	35	22.805,83	2	3.802,00
CM-COEN	GRA	0	0,00	0	0,00
CM-COAPEP	CCS	0	0,00	0	0,00
CM-CTI	CMOB	0	0,00	0	0,00
<b>Total</b>		<b>8805</b>	<b>6.166.105,88**</b>	<b>304</b>	<b>2.297.690,54</b>

Fonte: Relatórios de bens por responsável do SUAP

\* Setor em que foi aplicada a Tabela Philips.

\*\* Descontado o valor de R\$ 7.889.760,56, referente à área física e prédios.

## 2.2 Inspeções *in loco*

Após a extração da amostra, foram agendadas inspeções *in loco* em 17 setores do Câmpus Camaquã para verificação da existência, localização e estado de conservação dos bens. Dos 20 setores do Câmpus Camaquã, constantes do organograma publicado no sítio do Instituto na internet, três não possuíam carga patrimonial relacionada em termo de responsabilidade embora apresentassem titular do cargo, quais sejam a Coordenadoria de Apoio ao Ensino (COEN), Coordenadoria de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação (COAPEP) e Curso Técnico em Informática (CTI). Essa etapa do trabalho foi realizada no período compreendido entre 16/07/2018 e 18/07/2018.

Durante os trabalhos de campo, os auditores fizeram-se acompanhar do responsável pela carga patrimonial auditada, salvo na impossibilidade deste, ocasião em que outro servidor foi designado para o ato, e, ainda, pelo Coordenador de Manutenção Geral.

Foi aplicado um *checklist* aos responsáveis pelos setores, contendo questionamentos acerca dos objetivos específicos da presente auditoria, conforme apontado no item 1.1 deste Relatório.

Por fim, foi encaminhada a SA 008C/2018, em 26/07/2018, a qual solicitou esclarecimentos adicionais ao que foi verificado *in loco*. Em 01/08/2018, a Unidade de Auditoria Interna recebeu o memorando Mem. CM-DIRGER/N.103/2018 em resposta à referida SA.

### **2.3 Análise dos dados**

Concluídos os trabalhos de campo, conforme previsão no Programa de Auditoria n. 008/2018, passou-se à análise dos dados coletados.

Dos 304 bens que compunham a amostra, 276 foram localizados e apresentados à Unidade de Auditoria Interna até a finalização das inspeções *in loco*.

Quanto aos bens não encontrados, foram apresentados 28 similares, os quais guardam características idênticas à descrição, porém não apresentam placa patrimonial.

Para complementação das evidências coletadas, fez-se necessária a emissão da SA 008-C/2018, pela qual se requisitaram esclarecimentos quanto aos seguintes pontos:

1. alocação de carga patrimonial do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão para servidoras não detentoras de CD, FG e FCC, além da antiga titular;

2. inconsistência das informações disponibilizadas pelo Câmpus Camaquã. Em reunião, realizada no câmpus, entre a equipe de auditoria, o Diretor-Geral e o chefe do DEAP, bem como no decurso das verificações *in loco*, foi informado à Unidade de Auditoria Interna que a gestão do almoxarifado e do patrimônio do câmpus ocorre sob a coordenação da Coordenadoria de Apoio Administrativo, ao passo que, em resposta à SA n. 008B/2018, disponibilizada através do Mem. CM-DIRGER/N.º91/2018, informa ser de competência da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio;

3. em face da informação da existência de livros doados ao câmpus, sem a devida incorporação ao patrimônio, esclarecer como ocorre o recebimento e o tombamento de bens doados ao Câmpus Camaquã e, ainda, informar a relação de todos os bens recebidos em doação e não tombados;

4. em face da existência de bens da Empresa Millenium nas dependências do Câmpus Camaquã e da informação sobre movimentação desses bens, quando das verificações *in loco*, solicitamos a documentação atinente à movimentação desses e o encaminhamento de registros fotográficos dos referidos bens.

Em resposta, o Diretor-Geral encaminhou o Mem. CM-DIRGER/N.º103/2018 contendo os seguintes esclarecimentos:

Item 1. Quanto ao motivo de parte da carga patrimonial do DEPEX estar com servidores não detentores de FG's, CD's e FCC's. Tal fato não ocorreu durante a gestão atual, sendo que a inexperiência da atual gestão contribuiu para este equívoco, ao não dar-se conta que deveria proceder com a transferência. Já estamos buscando a resolução desta questão.

Item 2. "A inconsistência das informações disponibilizadas pelo Campus, entre o que foi informado na reunião realizada junto à equipe de auditoria e o Diretor-Geral com a presença da Chefia do DEAP e o que foi indicado no memorando CM-DIRGER/nº91/2018, enviado em resposta à SA nº 008B/2018, com relação à gestão do almoxarifado e patrimônio do Campus, se deve ao fato de que no Regimento Interno do Campus atualmente em vigor, temos como atribuição da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio - COCAP, precisamente a gestão e o controle patrimonial, porém, factualmente como pôde ser atestado nas verificações in loco realizadas pela auditoria, tais atividades são desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio Administrativo. Isso ocorre em função da criação, há alguns anos, da Coordenadoria de Apoio Administrativo em caráter pro tempore, com a incumbência de superintender e controlar o almoxarifado e o patrimônio do Campus até que fosse aprovado o novo regimento interno por parte do Conselho Superior do Instituto, posto que o aumento do número dos processos licitatórios de compras e contratações de serviços, aliado à diminuição do quantitativo de servidores alocados na COCAP tornou inviável que as funções de licitação e controle patrimonial e de almoxarifado permanecessem ao encargo da mesma Coordenadoria."

Item 3. Quanto a doação de livros, o procedimento adotado é: - A Biblioteca do Câmpus Camaquã recebe em seu acervo livros de doação. As modalidades de doação são as seguintes:

- Doação espontânea;

- Doação por troca de valores de multa ao sistema. Multas de até R\$50,00, troca-se por um livro de literatura ou técnico;

- Doações institucionais (MEC e/ou outras instituições). Após avaliação do item a ser doado, observando-se critérios como língua, clareza, atualidade e pertinência do assunto, solicita-se ao doador, caso pessoa física, que preencha uma declaração de doação do item à Biblioteca do Câmpus Camaquã, informando seus dados pessoais e o título do livro. Se pessoa jurídica, recebe-se junto um termo de doação da própria instituição, geralmente vêm junto com o(s) item (ns) doados e arquivam-se todos os documentos. Não é atribuído



nenhum valor monetário ao item e após a preparação técnica do livro, este é incorporado ao acervo da Biblioteca do Câmpus.

Seguem anexos as listas de livros "Títulos a serem inseridos no Pergamum sem tombamento Doações" e "Títulos inseridos no Pergamum sem tombamento patrimonial".

Item 4. Seguem em anexo os documentos atinentes à movimentação dos bens da empresa Millenium, que estão em posse do Câmpus, bem como o registro fotográfico dos referidos bens. (sic)

As respostas encaminhadas pela unidade auditada reafirmaram as evidências coletadas durante o trabalho de campo e constam do item 3 deste Relatório.

Além disso, durante os trabalhos de campo, foi possível constatar a existência de vários bens sem as plaquetas metálicas de identificação patrimonial; a razão alegada para isso foi a dificuldade de fixação. Por outro lado, 152 plaquetas metálicas encontram-se catalogadas em formulários arquivados na Coordenadoria de Apoio Administrativo. Verificou-se, também, que um item da amostra apresenta inconsistência na descrição cadastrada no sistema institucional, incompatível com as características de marca e/ou modelo encontrados na verificação.

Quanto ao estado de conservação, verificou-se que 95% dos bens apresentados à Unidade de Auditoria Interna foram considerados bons, 4% regulares e 1% ruins, de acordo com os servidores que acompanharam a equipe de auditoria. Ademais, em 56% dos setores visitados pela Unidade de Auditoria Interna foi relatada pelos gestores a existência de bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis).

Dos bens similares, verificou-se que todos os itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna foram considerados em bom estado.

No que concerne à existência de bens de propriedade de terceiros, foram encontradas algumas impressoras pertencentes ao prestador de serviços, mediante contrato. Ainda, foram encontrados bens da empresa que realizou as obras de construção do Câmpus Camaquã, a qual não os retirou das dependências do câmpus quando da rescisão unilateral do contrato por parte do IFSul.

Por fim, não houve relatos de quaisquer ocorrências de furtos ou de extravios de bens, por parte dos setores visitados durante a inspeção *in loco*.

## **2.4 Análise dos controles internos**

Verificou-se que o Câmpus Camaquã possui em seu Regimento Interno uma coordenadoria específica incumbida da gestão do almoxarifado e do patrimônio,

intitulada Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio. Contudo, constatou-se que há inconsistências em relação às atribuições referentes à gestão do almoxarifado e do patrimônio.

Segundo as disposições do Regimento Interno do câmpus, em seu art. 33, II, compete à Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio:

II - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material.

Entretanto, conforme informações do Diretor-Geral, as atribuições atinentes ao controle patrimonial são exercidas, de fato, pela Coordenadoria de Apoio Administrativo, e não pela Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio, como estabelece o Regimento Interno.

Por seu turno, cabe destacar que a Coordenadoria de Apoio Administrativo não consta da estrutura do Regimento Interno do Câmpus Camaquã, embora conste do organograma do câmpus disponibilizado na página do IFSul.

No que concerne às atribuições sistêmicas da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento da Reitoria, no questionário aplicado ao chefe do DEAP, solicitou-se informações no sentido de verificar se a PROAP realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Camaquã. Em resposta, o titular daquele departamento informou: “a realização de orientação e/ou supervisão é realizada mediante demanda”.

Em relação às atividades de controle, constatou-se a inexistência de mecanismos de controle interno capazes de evitar as seguintes fragilidades: carga patrimonial na guarda de ex-coordenadores; bens doados sem a incorporação ao patrimônio institucional; bens inservíveis (ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos) sem que tenham sido tomadas medidas saneadoras; e a falta de providências em relação aos bens extraviados ou não localizados.

## **2.5 Fatores que influenciaram positivamente os trabalhos de auditoria**

Cumpram-se destacar, como fatores que facilitaram o trabalho, a existência de inventário do ano de 2017, que permitiu informar, no sistema, a localização física de cada item. Essa organização do trabalho, a cedência de sala de apoio, a receptividade e a solicitude dos servidores do câmpus influenciaram positivamente a realização dos trabalhos.

## **2.6 Da resposta do gestor ao Relatório Preliminar de Auditoria**

Em 27/08/2018, através do Mem. IF-AUDIN/Nº83/2018, a Unidade de Auditoria Interna encaminhou o Relatório Preliminar de Auditoria a fim de proporcionar ao gestor da unidade auditada a oportunidade de apresentar esclarecimentos e/ou justificativas acerca das constatações.

Em 31 de agosto de 2018, foi realizada reunião de busca conjunta de soluções, na sala da Unidade de Auditoria Interna, com a presença do Auditor Geral e da equipe de auditoria, bem como do Diretor-Geral, do Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento e da Coordenadora de Apoio Administrativo do Câmpus Camaquã. Nessa ocasião, foi apresentado o Relatório Preliminar de Auditoria n. 008A/2018, sendo prestadas informações pela equipe de auditoria e esclarecidas as dúvidas apresentadas pela unidade auditada, em busca conjunta de soluções, e discutidas as causas das constatações constantes do Relatório Preliminar.

Na sequência, o Diretor-Geral do Câmpus Camaquã, por meio do Mem. CM-DIRGER/N.º120/2018, apresentou seus esclarecimentos e/ou justificativas acerca das constatações a seguir.

## **3 ACHADOS DE AUDITORIA**

### **3.1 CONSTATAÇÃO**

Existe bem tombado que não corresponde à descrição constante do sistema de registro institucional.

#### **3.1.1 Critério**

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

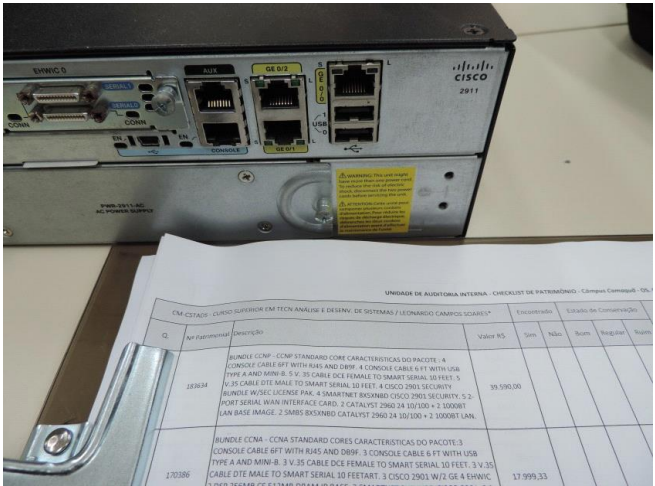
Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.1.2 Evidência



Descrição do item 154190: Condicionador de ar do tipo SPLIT de teto, com cap de 60.000 BTU’S, ciclo frio. Trifásico, tensão de 220V e frequência de 60HZ. Controle remoto que possua indicador de temperatura ambiente no display, com ajuste de vazão de ar, com filtro anti-bactéria lavável, com operação automática, com função auto-diagnóstico, com função resfriamento rápido, com selo INMETRO eficiência C, com reinício automático, com baixo nível de ruído, sendo que o bem localizado na sala 711 (Depósito) não possui a placa de patrimônio e é um condicionador de ar de 58.000 BTU’S.



Descrição do item 183634: Bundle CCNP – CCNP standard core características do pacote: 4 console cable 6ft with RJ45 and DB9F. 4 console cable 6ft with USB type A and Mini-b. 5V. 35 cable DCE female to smart serial 10 feet. 5V. 35 cable DTE male to smart serial 10 feet. 4 CISCO 2901 SECURITY BUNDLE W/SEC license pak. 4 SMARTNET 8X5XNBD CISCO 2901 SECURITY. 5 2-PORT SERIAL WAN INTERFACE CARD. 2 CATALYST 2960 24 10/100 + 2 1000BT LAN BASE IMAGE. 2 SMBS 8X5XNBD CATALYST 2960 24 10/100 + 2 1000BT LAN, sendo que o bem localizado na sala 415 não possuía a placa de patrimônio e é um CISCO 2911.

### **3.1.3 Causa**

Falha no registro da descrição ao proceder o tombamento do bem.

### **3.1.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Há indício de que o tombamento de alguns bens ocorreu com base na descrição constante no empenho e não no item que foi recebido. Orientou-se o setor de Almoxarifado e Patrimônio no sentido de realizar o tombamento de bens com base na análise do bem adquirido e não mais no empenho. Orientou-se ainda que se utilize do inventário anual para perceber divergências de descrição e corrigi-las no sistema de registro.

### **3.1.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.1.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que providencie o ajuste da descrição no SUAP, mediante justificativa, de modo que as informações contenham os elementos necessários à perfeita caracterização dos bens.

## **3.2 CONSTATAÇÃO**

Há bens extraviados ou não localizados, identificados na realização do inventário anual de 2017, sem que tenham sido tomadas providências saneadoras.

### **3.2.1 Critério**

Itens 9, 10, 10.1, 10.5 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

### **3.2.2 Evidência**

Papéis de trabalho, processo administrativo n. 23339.000068.2018-18, inventário anual de bens móveis referente ao exercício de 2017, com total de 29 itens não encontrados e encaminhado ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã.

### **3.2.3 Causa**

Falha no controle do uso e da guarda dos equipamentos, contrariando os itens 9, 10, 10.1 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88.

### **3.2.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

A Comissão de Inventário de Bens Móveis do Câmpus Camaquã, durante o exercício de 2017, realizou a conferência dos bens deste Câmpus, sendo que após a execução do serviço em questão não foram encontrados alguns bens permanentes. Tendo em vista o que consta no o Art. 87 do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, dispondo que “os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço, procedendo-se periodicamente a verificações pelos competentes órgãos de controle”, foi solicitado aos responsáveis, providências no sentido de localizar os referidos bens e posteriormente comunicar ao setor de Almoxarifado e Patrimônio, no prazo de 15 dias.

### **3.2.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Nesse sentido, estando tais situações apontadas no inventário anual de 2017, providências tempestivas deveriam ter sido tomadas pelos gestores no sentido de apuração de responsabilidade quanto aos bens não encontrados ou extraviados e sua possível recomposição ao erário. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.2.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que adote providências no sentido de recompor o erário no tocante a eventuais prejuízos decorrentes do extravio de bens. Não havendo êxito, que diligencie junto ao Magnífico Reitor para providenciar a apuração de eventual responsabilidade.

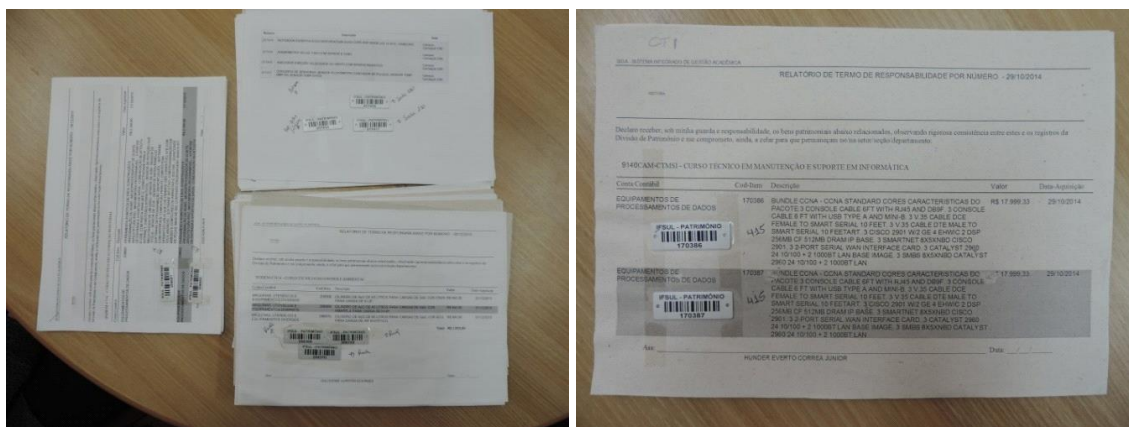
## **3.3 CONSTATAÇÃO**

Há uma grande quantidade de bens sem a correta afiação do registro patrimonial.

### **3.3.1 Critério**

Item 7.13, 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88

### 3.3.2 Evidência



152 placas catalogadas na Coordenadoria de Apoio Administrativo

### 3.3.3 Causa

Fragilidades nos controles internos relativos à identificação patrimonial de bens, contrariando os itens 7.13, 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88.

### 3.3.4 Manifestação do gestor

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Identificamos aqui, de fato, um erro do setor responsável pelo Almojarifado e Patrimônio do câmpus. A fixação das identificações patrimoniais já está sendo realizada e em breve estará completa.

### 3.3.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

### 3.3.6 Recomendação

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que providencie a identificação dos bens que integram o patrimônio do câmpus, através de número de registro patrimonial, o qual deverá ser apostado ao material mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada.

## 3.4 CONSTATAÇÃO

Há bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) em 56% dos setores do Câmpus Camaquã, sem que tenham sido tomadas medidas saneadoras.



### 3.4.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 1º do Decreto n. 99.658/1990

### 3.4.2 Evidência







Bens móveis em estoque, ociosos e inservíveis nas instalações do Câmpus Camaquã

#### **3.4.3 Causa**

Inobservância ao Decreto n. 99.658/1990.

#### **3.4.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Nesta constatação é preciso analisar as diversas situações:

Quanto a bens ociosos: há de fato bens adquiridos, talvez em momentos oportunos para tal, e que não foi possível, por fatores diversos, a sua utilização por parte do câmpus. A gestão atual trabalha para que, tão logo possível, estes itens estejam em pleno uso, seja no câmpus Camaquã ou em qualquer outro Câmpus da instituição ou até outro órgão municipal ou estadual, que tenha real necessidade e possibilidade de utilização destes;

Quanto a bens antieconômicos ou irrecuperáveis: Foi montada comissão de averiguação para que se possa proceder com a devida baixa destes bens. Alguns inclusive já foram baixados do sistema de registro já nos primeiros meses de atuação da atual gestão. Orienta-se agora, ao setor de Almoxarifado e Patrimônio, que avalie as formas de desfazimento destes bens que, embora baixados, permanecem nas instalações do campus.

#### **3.4.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

#### **3.4.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que providencie o reaproveitamento, a movimentação, a alienação ou adote outras formas de desfazimento de bens inservíveis, conforme prevê o Decreto n. 99.658/1990.

### **3.5 CONSTATAÇÃO**

Há insuficiência de controles internos quanto à gestão patrimonial do Câmpus Camaquã.

#### **3.5.1 Critério**

Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

#### **3.5.2 Evidência**

Cinco servidores detentores da carga patrimonial de um único setor (Inventário de bens móveis de 2017 extraído do SUAP);

Atribuições regimentais da gestão patrimonial a cargo de setor que não exerce tais atribuições;

Carga patrimonial na guarda de ex-coordenador.

#### **3.5.3 Causa**

Falta de atuação do gestor no sentido de exigir a transferência de carga patrimonial dos bens quando da substituição dos titulares de cargos de direção e funções gratificadas; falta de atuação do gestor na atualização do Regimento Interno do câmpus; e inércia dos servidores no aceite de cargas patrimoniais.

#### **3.5.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Entende-se que há necessidade de melhorar a sensibilização e a cobrança por parte da gestão, a respeito da necessidade da reorganização das cargas patrimoniais, incluindo o aceite destas quando da alteração dos titulares de coordenação. Tal medida deve impactar diretamente na quantidade de carga patrimonial na guarda de ex-coordenadores bem como impedir que mais de um servidor detenha carga patrimonial de um único setor.

Em relação a divergência entre atribuições regimentais a cargo de setor sem as devidas atribuições: estamos prestes a aprovar o novo regimento interno no Câmpus, medida esta que irá solucionar tais divergências.

#### **3.5.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

#### **3.5.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que adote mecanismos de controle interno capazes de assegurar a adequada gestão do patrimônio.

### **3.6 CONSTATAÇÃO**

Há falhas na distribuição da carga patrimonial do câmpus entre os setores e respectivos detentores de CDs, FGs e FCCs.

#### **3.6.1 Critério**

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Art. 172-A do Regimento Geral do IFSul

#### **3.6.2 Evidência**

Existência de 5.799 bens na carga do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, havendo, além de bens ligados ao ensino, pesquisa, extensão, bens relacionados à área administrativa; e três setores do câmpus com titular do cargo e sem carga patrimonial ligada ao seu respectivo ente administrativo – Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadoria de Apoio à Pesquisa e Pós-graduação e Curso Técnico em Informática (papéis de trabalho, inventário de bens móveis de 2017 extraído do SUAP).

#### **3.6.3 Causa**

Falhas na distribuição da carga patrimonial, contrariando o art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

#### **3.6.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

A partir dos apontamentos feitos pela unidade de auditoria interna, já iniciamos o processo de estudo e execução da redistribuição das cargas patrimoniais de forma condizente com a realidade do câmpus, alocando os itens aqueles servidores que, de fato e de direito, devem realizar o controle.

#### **3.6.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

#### **3.6.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que realize a distribuição das cargas patrimoniais do câmpus entre os setores e respectivos detentores de CDs, FGs e FCCs.

### **3.7 CONSTATAÇÃO**

Em alguns setores do Câmpus Camaquã, os responsáveis pelas cargas patrimoniais no sistema de controle institucional não são, de fato, os responsáveis pela guarda dos bens.

#### **3.7.1 Critério**

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

#### **3.7.2 Evidência**

Bem com registro patrimonial n. 97150 - Descrição do bem: Compressor de ar Marca: Motomil – Responsável pela carga: Chefe do Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão, sendo o responsável pelo uso do bem o Coordenador do Curso de Controle Ambiental. O bem está localizado na área externa do prédio.

Bem com registro patrimonial n. 158352 - Descrição do bem: Filmadora digital HDD compacta. - Responsável pela carga: DEPEX, sendo o responsável pelo uso do bem a Chefia de Gabinete do Diretor. O bem está localizado no Gabinete.

Bem com registro patrimonial n. 67111 - Descrição do bem: Servidor torre para banco de dados. Marca Dell - Responsável pela carga: Diretoria-Geral do Câmpus Camaquã, sendo os responsáveis pelo uso do bem os Coordenadores do Curso Superior em Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas - CSTADS e do Curso Técnico em Informática. O bem está localizado na sala 405.

#### **3.7.3 Causa**

Falhas na distribuição da carga patrimonial, contrariando o art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

#### **3.7.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Assim como na constatação 3.6, e pelo fato de a gestão ter compreendido totalmente como deve ser colocada em prática esta organização, acreditamos que a redistribuição das cargas patrimoniais, já em curso, refletirá em breve a correção deste equívoco.

#### **3.7.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o entendimento da Unidade de Auditoria Interna. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.7.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que faça constar no sistema de controle institucional como responsáveis pelas cargas patrimoniais os responsáveis, de fato, pela guarda dos bens.

## **3.8 CONSTATAÇÃO**

Há bens da amostra não localizados no setor especificado no SUAP.

### **3.8.1 Critério**

Item 7.13.4 e 7.13.5 da IN SEDAP n. 205/88

### **3.8.2 Evidência**

Bem com registro patrimonial n. 133373 (setor especificado no SUAP: Biblioteca; setor de localização do bem: sala 104); bem com registro patrimonial n. 210460 (setor especificado no SUAP: sala 202; setor de localização do bem: sala 204); bem com registro patrimonial n. 67111: Servidor torre para banco de dados. Marca Dell - Local da carga: Diretoria-Geral do Câmpus Camaquã (localização atual SUAP: IF-Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte – COINFRA da Reitoria; localização de fato: sala 405); entre outros.

### **3.8.3 Causa**

Falha nos registros de controle da movimentação dos bens, contrariando os itens 7.13.4 e 7.13.5 da IN SEDAP n. 205/88; e demora na realização do inventário.

### **3.8.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Por circunstância do inventário de bens 2017 ter sido realizado fora do período ideal (devido ao calendário atípico ainda praticado no câmpus), o que implicou na realização de um inventário em tempo maior que o adequado, se abriu a possibilidade de que alguns bens fossem movimentados antes do término do processo. Acrescenta-se o fato de que o inventário de bens de 2017 se encerrou somente no mês de junho de 2018, pouco antes da realização dos trabalhos de auditoria, fato este que impediu a coordenação do setor de realizar as devidas correções no sistema em tempo de serem percebidas pela equipe da AUDIN.

### **3.8.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor vem ao encontro do achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.8.6 Recomendação**

**3.8.6.1** Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que oriente os servidores do câmpus sobre a necessidade de informar o Departamento de Administração e de Planejamento sobre qualquer movimentação de bens.

**3.8.6.2** Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que diligencie no sentido de proceder ao ajuste da localização dos bens quando da realização do inventário anual de bens patrimoniais referente ao exercício de 2018.

## **3.9 CONSTATAÇÃO**

Não foi realizada a transferência de carga patrimonial, por ocasião da troca de titulares de cargos/funções, mediante a verificação física de cada material permanente e lavratura de novo termo de responsabilidade.

### **3.9.1 Critério**

Itens 10.7, 10.7.1 e 10.7.2 da IN SEDAP n. 205/88

### **3.9.2 Evidência**

Relatório extraído do SUAP em 10/07/2018 no que se refere à carga patrimonial do DEPEX, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do CSTADS, do Curso Técnico em Automação Industrial e do Curso Técnico em Eletrotécnica.

### **3.9.3 Causa**

Falta de atuação do gestor no sentido de exigir a transferência de carga patrimonial dos bens quando da substituição dos titulares de cargos de direção e funções gratificadas; e inércia dos servidores no aceite de cargas patrimoniais.

### **3.9.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Repete-se aqui a manifestação feita na constatação 3.5. Entende-se que há necessidade, por parte da gestão, de melhorar a cobrança junto aos servidores responsáveis, a respeito da necessidade da solicitação de transferência e aceite das cargas patrimoniais quando da alteração dos titulares de coordenação. Tal medida deve impactar diretamente na quantidade de carga patrimonial na guarda de ex-coordenadores bem como impedir que mais de um servidor detenha carga patrimonial de um mesmo setor.

### **3.9.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor vem ao encontro do achado de auditoria. Salienta-se que a norma estabelece que as transferências devem ser efetuadas na desvinculação do cargo, função ou emprego, o que não ocorreu. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.9.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que diligencie no sentido da imediata transferência de carga patrimonial, adequando-a ao titular de cargo/função, mediante a verificação física de cada material permanente e lavratura de termo de responsabilidade, quando da troca de titulares de cargo ou função.

## **3.10 CONSTATAÇÃO**

Há bens recebidos em doação que não foram incorporados ao patrimônio do Câmpus Camaquã.

### **3.10.1 Critério**

Itens 6.1 e 6.3 da IN SEDAP n. 205/88

### **3.10.2 Evidência**

Mem. CM-DIRGER/N.º103/2018 e anexos

### **3.10.3 Causa**

Inobservância ao Item 6.3 da IN SEDAP n. 205/88

### **3.10.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Conforme informação prestada no e-mail [...], no dia 6 de agosto, e em complemento ao memorando CM-DIRGER N°103/2018, os livros doados ao acervo, são inseridos no sistema Pergamum e não há, nenhum outro documento que não o de Termo de Doação assinado pelo doador da obra. Até a presente data, a biblioteca do câmpus Camaquã não recebeu nenhuma orientação oficial de como proceder nestes casos. Estes livros, por serem doados, não possuem Nota Fiscal e não foram adquiridos pelo IFSul. A biblioteca aguarda orientações que normatizem o processo de patrimônio das obras doadas, para que de pronto a equipe da biblioteca aja no sentido de realizar os procedimentos corretos.

### **3.10.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor vem ao encontro do achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.10.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que incorpore ao patrimônio do câmpus os bens recebidos através de doação, cessão ou permuta, dando cumprimento ao item 6.3 da IN SEDAP n. 205/88.

## **3.11 CONSTATAÇÃO**

As atribuições atinentes ao controle patrimonial são exercidas, de fato, pela Coordenadoria de Apoio Administrativo e não pela Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio, como estabelece o Regimento Interno.

### **3.11.1 Critério**

Art. 1º, 4º, 32 e 33 do Regimento Interno do Câmpus Camaquã

### **3.11.2 Evidência**

Item 2 do Mem. CM-DIRGER/N.º103/2018

### **3.11.3 Causa**

Falta de atuação dos gestores na atualização regimental no que se refere às atribuições e responsabilidades da gestão patrimonial.

### **3.11.4 Manifestação do gestor**

O Diretor-Geral do Câmpus Camaquã manifestou-se nos seguintes termos:

Reforça-se que o regimento interno está prestes a ser aprovado, onde esta constatação não mais poderá ser verificada.

### **3.11.5 Análise da manifestação**

A manifestação do gestor vem ao encontro do achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.



### **3.11.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Diretor-Geral do Câmpus Camaquã que adote providências no sentido da revisão e da aprovação de nova versão do Regimento Interno do Câmpus Camaquã, contemplando a regularidade das atribuições patrimoniais.

## **4 CONCLUSÃO**

O presente trabalho de auditoria buscou diagnosticar a situação atual do controle patrimonial do Câmpus Camaquã, voltando-se prioritariamente a verificar a conformidade dos procedimentos e a adequação e a suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial desse câmpus.

Assim, tendo sido abordados os pontos previstos no Programa de Auditoria n. 008/2018 e realizadas as inspeções *in loco*, a presente auditoria permitiu verificar que o Câmpus Camaquã apresenta algumas fragilidades em relação aos controles internos patrimoniais, haja vista a existência de problemas na distribuição da carga patrimonial do câmpus; a existência de várias placas patrimoniais catalogadas e não fixadas aos bens tombados; a existência de bens recebidos em doação sem a devida incorporação ao patrimônio do câmpus; inconsistências regimentais quanto ao setor responsável pela gestão patrimonial; dentre outras, conforme apontado neste Relatório.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações, salientando que o não cumprimento dessas recomendações implica na aceitação dos riscos pelo gestor e a sua implementação será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna.

Pelotas, 19 de setembro de 2018

**GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES,**

**Auditora**

**HENRIQUE ZIGLIA MAIA,**

**Administrador**

**De acordo.**

**LAERTE RADTKE KARNOPP,**  
**Auditor Geral**